



**DIRETORIA DO PROCESSO LEGISLATIVO – DIRLEG**  
**DIVISÃO DE CONSULTORIA LEGISLATIVA – DIVCOL**

**NOTA TÉCNICA Nº 57/2023**

**Audiência Pública – Requerimento de Comissão nº 2241/2023**

**Tema:** Pagamento do piso nacional de enfermagem no âmbito da administração pública em Belo Horizonte.

**Comissão:** Administração Pública.

**Autoria do requerimento:** Vereador Bruno Pedralva.

**Data, horário e local:** 20/09/2023, às 13h30min, no Plenário Camil Caram.

**Considerações Técnicas**

O piso nacional dos enfermeiros no âmbito da iniciativa privada e da Administração Pública foi estabelecido pela Lei nº 14.434/2022 mediante alteração da Lei nº 7.498/1986. Para os propósitos desta Nota Técnica, merece atenção o novo art. 15-C da Lei nº 7.498/1986:

Art. 15-C. O piso salarial nacional dos Enfermeiros servidores dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e de suas autarquias e fundações será de R\$ 4.750,00 (quatro mil setecentos e cinquenta reais) mensais.

Parágrafo único. O piso salarial dos servidores de que tratam os arts. 7º, 8º e 9º desta Lei é fixado com base no piso estabelecido no caput deste artigo, para o Enfermeiro, na razão de:

I - 70% (setenta por cento) para o Técnico de Enfermagem;

II - 50% (cinquenta por cento) para o Auxiliar de Enfermagem e para a Parteira

Em 04 de setembro de 2022, a eficácia da Lei nº 14.434/2022 foi suspensa pelo ministro Luís Roberto Barroso em decisão cautelar proferida na ADI 7222. Exigiu-se que, antes de apreciar o mérito da questão, seriam necessários esclarecimentos das instituições privadas e públicas acerca do potencial impacto financeiro provocado pela instituição do piso e suas possíveis repercussões negativas sobre a prestação do serviço de saúde e empregabilidade na área.



Ante esse cenário, a Emenda Constitucional nº 127/2023 – publicada em 22 de dezembro de 2022 – dispôs que a União deve oferecer auxílio complementar aos entes políticos, às entidades filantrópicas e a outros prestadores de serviço que atendam, no mínimo, 60% dos pacientes pelo SUS. Em maio de 2023, foi autorizada a abertura de crédito especial no valor de R\$ 7,3 bilhões para garantir o citado auxílio. Com a previsão de financiamento do piso, o STF declarou a Lei nº 14.434/2022 constitucional em decisão final.

No julgamento, o Supremo informou que o pagamento do piso deve ser proporcional à carga horária de 44 horas semanais ou 220 horas mensais. Portanto, para quem exerce jornada reduzida, o salário poderá ser menor do que R\$ 4.750,00, R\$ 3.325,00 e R\$ 2.375,00 para Enfermeiros, Técnicos de Enfermagem e Auxiliares de Enfermagem/Parteiras, respectivamente. Também decidiu que o piso no âmbito da administração pública é exigível a partir de maio de 2023, sendo devido o pagamento retroativo das parcelas vencidas. Já na iniciativa privada, a matéria deve ser regulada por negociação coletiva dentro de 60 dias contados da publicação da ata de julgamento. Passado o prazo, deve ser pago o piso integral aos celetistas, como fixado em lei.

O valor da assistência financeira dada pela União não é igual para todos os Estados e os Municípios. Ele é calculado a partir da diferença entre o montante do piso e a soma do vencimento básico com a parcela remuneratória fixa, geral e permanente dos profissionais do ente beneficiado. A primeira parcela do repasse de 2023 – a qual contempla os meses de maio, junho, julho e agosto – foi realizada em 21 de agosto de 2023 e o quantitativo recebido por cada local pode ser encontrado no anexo da Portaria nº 1135/2023 do Ministério da Saúde<sup>1</sup>. Para Belo Horizonte, foi repassado a importância de R\$ 40.468.885,00, conforme registrado na imagem abaixo<sup>2</sup>:

<sup>1</sup> A portaria pode ser encontrada em < <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-gm/ms-n-1.135-de-16-de-agosto-de-2023-503484754>>.

<sup>2</sup> A imagem foi retirada em < <https://portaldatransparencia.gov.br/transferencias/detalhe?paginacaoSimples=true&tamanhoPagina=&offset=&direcaoOrdenacao=asc&de=01%2F01%2F2023&ate=31%2F12%2F2023&tipo=2&tipoFavorecido=10&uf=MG&nomeMunicipio=BELO+HORIZONTE&colunasSelecionadas=mesAno%2Ctipo%2CtipoFavorecido%2Cuf%2CnomeFavorecido%2Ccnpj%2Cmunicipio%2Cfuncao%2Cprograma%2Cacao%2ClinguagemCidada%2Cvalor%2Cgrupo%2CElemento%2Cmodalidade&ordenarPor=mesAno&direcao=desc#>>>.



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg FI.

28/08/2023, 16:11

Detalhamento de Recursos Transferidos - Portal da transparência

## FILTROS APLICADOS:

Período de: 01/2023

Período até: 12/2023

Tipo de Transferência: Legais, Voluntárias e Específicas

Tipo de Favorecidos: Fundo Público

UF: MINAS GERAIS

Município: BELO HORIZONTE

LIMPAR

MÊS/ANO	TIPO DE TRANSFERÊNCIA	TIPO DE FAVORECIDO	UF	NOME DO FAVORECIDO	CPF/CNPJ	MUNICÍPIO	FUNÇÃO	PROGRAMA ORÇAMENTÁRIO	AÇÃO ORÇAMENTÁRIA	LINGUAGEM CIDADÃ	VALOR TRANSFERIDO
08/2023	Legais, Voluntárias e Específicas	Fundo Público	MG	FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTENCIA SOCIAL	13.921.433/0001-21	BELO HORIZONTE	Assistência social	INCLUSAO SOCIAL POR MEIO DO BOLSA FAMILIA E DA ARTICULACAO DE POLITICAS PUBLICAS	APOIO AOS ENTES FEDERADOS POR MEIO DO INDICE DE GESTAO DECENTRALIZADA DO PROGRAMA BOLSA FAMILIA E DO CADASTRO UNICO PARA PROGRAMAS SOCIAIS DO GOVERNO FEDERAL - IGD	Sem informação	390.476,19
08/2023	Legais, Voluntárias e Específicas	Fundo Público	MG	FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTENCIA SOCIAL	13.921.433/0001-21	BELO HORIZONTE	Assistência social	PROTECAO SOCIAL NO AMBITO DO SISTEMA UNICO DE ASSISTENCIA SOCIAL (SUAS)	ACOES DE PROTECAO SOCIAL ESPECIAL	Sem informação	600.000,00
08/2023	Legais, Voluntárias e Específicas	Fundo Público	MG	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11.728.239/0001-07	BELO HORIZONTE	Saúde	GESTAO E ORGANIZACAO DO SUS	ASSISTENCIA FINANCEIRA COMPLEMENTAR AOS ESTADOS, AO DISTRITO FEDERAL E AOS MUNICIPIOS PARA O PAGAMENTO DO PISO SALARIAL DOS PROFISSIONAIS DA ENFERMAGEM	Sem informação	40.468.835,00
08/2023	Legais, Voluntárias e Específicas	Fundo Público	MG	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11.728.239/0001-07	BELO HORIZONTE	Saúde	ATENCAO PRIMARIA A SAUDE	PISO DE ATENCAO PRIMARIA A SAUDE	Sem informação	18.874.695,36
08/2023	Legais, Voluntárias e Específicas	Fundo Público	MG	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11.728.239/0001-07	BELO HORIZONTE	Saúde	VIGILANCIA EM SAUDE	TRANSFERENCIA AOS ENTES FEDERATIVOS PARA O PAGAMENTO DOS VENCIMENTOS	Sem informação	2.930.400,00

Neste ano, ainda será repassado o auxílio de setembro a dezembro no respectivo mês pelo Fundo Nacional de Saúde ao Fundo Municipal de Saúde de Belo Horizonte. Ressalta-se que não há um dia específico para que isso seja feito.

Por fim, é importante destacar que, recentemente, o Prefeito enviou à Câmara Municipal de Belo Horizonte o Projeto de Lei nº 650/2023<sup>3</sup>, que Institui a Parcela Complementar do Piso da Enfermagem – PCPE. A proposição dispõe que os servidores ocupantes do cargo de Enfermeiro, de Técnico de Serviços de Saúde e de Agente de Serviços de Saúde, no âmbito da administração direta e indireta do Município de Belo Horizonte, farão jus à complementação salarial desde que recebam valor abaixo do piso. Quem trabalha 44 horas semanais receberá o valor total do piso e quem trabalha por menos horas receberá o proporcional. Ademais, o PL nº 650/2023 prevê que o pagamento do PCPE fica vinculado ao repasse federal, logo ausente o auxílio da União, em tese, o trabalhador da saúde não poderá exigir o recebimento do piso.

Belo Horizonte, 13 de setembro de 2023.

Bárbara Batalha da Silva

Consultora Legislativa em Administração e Finanças Públicas

<sup>3</sup> <https://www.cmbh.mg.gov.br/atividade-legislativa/pesquisar-proposicoes/projeto-de-lei/650/2023>